

ATA Nº. 6

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO ENTRONCAMENTO, REALIZADA EM 29-06-2018
--

----- Aos vinte e nove dias do mês de junho do ano dois mil e dezoito, na Sala de Sessões dos Paços do Concelho, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal, sob a Presidência do Senhor **Luís Filipe Alves Ribeiro Antunes**, Presidente da Assembleia Municipal, secretariado pelas Senhoras **Lúcia Dias Abelha** e **Maria Fernanda Pires Fialho Marques Alves**, primeira e segunda Secretárias respetivamente. -----

----- Além daqueles que constituem a Mesa, estiveram ainda presentes os seguintes membros: -----

----- Em representação do **Partido Socialista**: -----

----- Mário André Balsa Gonçalves, Manuel António Simões Martins, António Manuel Henriques Miguel, Ricardo José Pires Antunes, António Manuel dos Santos Rodrigues, Liliana Patrícia Gomes Rodrigues e Fernando Jorge Vieira Maurício. -----

----- Em representação do **Partido Social Democrata**: -----

----- António José Maia Mascarenhas, Manuel João Pires Faria, Maria João Gil Santos Grácio, Paulo Jorge Gonçalves Cardoso Almeida, Fernando Adelino Soares Barroso e Susana Paula Matos Vieira Cruz. -----

----- Em representação do **Bloco de Esquerda**: -----

----- Carlos Manuel Godinho Matias, Maria de Fátima Vieira Figueira Roldão e Pedro Miguel da Silva Santos. -----

----- Em representação da **Coligação Democrática Unitária**: -----

----- António Silvino da Costa Ferreira -----

----- Em representação do **Centro Democrático Social-Partido Popular**: -----

----- Pedro Miguel Faria Gonçalves -----

----- Na qualidade de **Presidente da Junta de Freguesia de São João Baptista**, o Senhor Rui Cardoso Maurício. -----

----- Na qualidade de **Presidente da Junta de Freguesia de Nossa Senhora de Fátima** o Senhor Ezequiel Soares Estrada. -----

----- Estiveram presentes pela **Câmara Municipal**, o Senhor Presidente Jorge Manuel Alves de Faria, o vice-Presidente Carlos Manuel Pires Rei Amaro, e os vereadores Ilda Maria Pinto Rodrigues Joaquim, Tília dos Santos Nunes, Kelly Patrícia Rodrigues Carvalho da Silva, (em substituição de Jaime Ramos) e Henrique dos Reis Leal. -----

----- O Senhor **Presidente da Assembleia** declarou aberta a sessão quando eram vinte e uma horas e cinco minutos, tendo dado posse aos seguintes elementos que solicitaram suspensão do mandato por um período inferior a 30 dias:

-----Deu posse a Pedro Miguel Faria Gonçalves, que substitui Rosa Teresa Alexandre Teixeira, do Bloco de Esquerda. -----

----- Deu posse a António Manuel dos Santos Rodrigues, que substitui Carlos Belo Duarte Alfaia, do Partido Socialista -----

----- Deu posse a Paulo Jorge Gonçalves Cardoso Almeida, que substitui Carlos Alberto Alves da Silva, do Partido Social Democrata. -----

----- Verificada a conformidade formal do processo eleitoral com a identidade dos eleitos e após a leitura das respetivas atas avulsas de instalação e dos respetivos juramentos por parte dos novos membros, o senhor **Presidente da Assembleia** declarou-os investidos nas funções. -----

-----O senhor **Presidente da Assembleia declarou aberta a sessão e** informou que se encontram prontas para aprovação as atas relativas às sessões entre setembro de 2017 e fevereiro de 2018, as quais foram distribuídas a todos os elementos. -----

-----No entanto, dado que este assunto, por lapso, não foi incluído na Ordem de Trabalhos, deixa à consideração de todos as respetivas assinaturas na sessão de hoje. -----

----- **Mário Balsa:** “Tendo as atas sido distribuídas em tempo a todos os elementos da Assembleia e se esta não se manifestar contra, uma vez que se tratou de um lapso de escrita na Ordem de Trabalhos, podemos votá-las na sessão de hoje”. -----

-----O senhor **Presidente da Assembleia** questionou se alguém se opunha a esta sugestão.

----- António Mascarenhas: “A bancada do PSD preferia que fosse na próxima sessão”.

-----Carlos Matias: “Para o Bloco de Esquerda não haveria qualquer inconveniente, só há um fator de ordem prática, há pessoas que não assistiram a algumas sessões e, portanto, não poderão votá-las. -----

-----O senhor **Presidente da Assembleia** informou ter a indicação de quem poderá votar. Apenas a de setembro não é deste mandato, mas foi distribuída por todos, mesmo os que não fazem parte da atual Assembleia. De qualquer forma, as atas foram distribuídas e ninguém levantou qualquer objeção até ao momento. A indicação que tenho sobre a votação é a seguinte: -----

-----Ata n.º 1 – não vota o deputado Carlos Matias -----

-----Ata n.º 2 – não vota o deputado António Ferreira -----

-----Ata n.º 3 – não vota o deputado Carlos Silva -----

-----Ata n.º 4 – não vota o deputado Carlos Matias -----

----- António Ferreira: “Se estivermos todos de acordo, as atas poderão ser votadas. Todos as recebemos e todos tivemos acesso a elas em tempo oportuno. Por mim, votaremos hoje, mas se alguém não concorda, deixaremos para outra oportunidade.” -----

-----O senhor **Presidente da Assembleia** referiu que havia a vantagem de ficarmos com esse trabalho feito e questionou os Srs. Deputados do PSD sobre este assunto, lembrando que na reunião de Comissão Permanente ficou entendido que a ideia era esta. -----

----- António Mascarenhas: “O PSD preferia que as atas fossem votadas em setembro, na sessão em que viesse referido no respetivo Edital. Na reunião da Comissão Permanente apenas foi entendido que as atas estavam prontas e eventualmente teríamos que as assinar, mas não ficou assente quando seria. -----

----- O senhor **Presidente da Assembleia** informou que, então, estas aprovações serão feitas na sessão de setembro. Referiu também que, futuramente, espera que, quando houver alguma situação, alertem na Comissão Permanente. -----

----- Mário Balsa: “Gostaria que ficasse em ata que a não regularização das atas anteriores se deve exclusivamente a uma oposição frontal do PSD, embora com a disponibilidade para regularizarmos todo o procedimento da parte do PS, BE e CDU.” -----

-----**PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

-----Foi concedida a palavra a Fátima Roldão, que procedeu à leitura da seguinte Proposta de Recomendação apresentada pelo Bloco de Esquerda: -----

«PROPOSTA DE RECOMENDAÇÃO -----

No âmbito das Festas da Cidade do Entroncamento que decorreram entre 15 e 23 de junho, não obstante o programa vasto e diversificado que foi proposto pelo município, verificámos que as organizações dos diferentes horários de espetáculos não respeitaram um dos princípios que julgamos fundamentais na política cultural do município que será o de dar destaque e maior visibilidade às Associações e Iniciativas do Associativismo ou Artistas do Concelho. -----

Este facto revela-se pela sobreposição dos horários dos espetáculos no palco principal com os espetáculos no palco da Praça Salgueiro Maia. Assim, verificámos que

exatamente às mesmas horas nos dias 15 de junho decorreram os espetáculos de Cock Robin sobreposto com a da Associação Es-passo de Dança, no dia 19 os espetáculos Gringos sobreposto com a atuação dos artistas locais Ricardo Costa e Ricardo Monteiro, no dia 20 o espetáculo Rock in the city sobreposto com a atuação da Associação Concórdia Música, dia 23 o espetáculo de GNR sobreposto com o grupo de dança local “As Sevilhanas”. -----

As Festas da Cidade são não só um momento de evasão, divertimento e recreação para a população, mas também uma importante oportunidade para que as Associações Culturais apresentem alguns das suas criações e produções anuais, devendo, portanto, ser inequivocamente acarinhadas e valorizadas neste processo. -----

Por argumentos que possam existir, a favor de que os munícipes e outros espectadores possam optar entre os dois espetáculos, não nos parece justo, obrigar o público a escolher um, excluindo o outro. Há ainda a agravante de o som dos dois espetáculos colidir, pois decorriam num espaço geográfico muito próximo. Na verdade, o espetáculo no palco principal, cujo som é muito mais potente e de maior difusão, acabava por abafar e interferir com a audição dos eventos em curso da Praça Salgueiro Maia. -----

Assim, a Assembleia Municipal do Entroncamento recomenda à Câmara Municipal que:

- Em próximas Festas do Concelho acautele a organização dos horários dos espetáculos, com equidade, harmonia e sem evitáveis sobreposições, assegurando que todos os intervenientes são valorizados e que o público poderá assistir a propostas artísticas complementares e culturalmente diferenciadas.» -----

----- O senhor Presidente da Assembleia Municipal atendeu aos seguintes pedidos de intervenção: -----

-----Ricardo Antunes (PS): Ouvi com atenção o que foi dito nesta Proposta de Recomendação do Bloco de Esquerda e isto tem a ver com uma questão que foi aqui focada que é a diversidade. Falam em sobreposições, mas, por exemplo, no palco 2 tivemos um espetáculo às 21,00H e outro às 22,00H. Gostava de saber como é que de alguma forma se dá dignidade, num dia de semana, a um espetáculo de uma Associação da terra se for a uma hora menos tardia. A lógica desta organização tem a ver com a dinamização dos vários espaços na cidade. Muitas vezes temos que apostar não na quantidade mas na variedade da oferta para poder acorrer aos vários públicos, tendo em conta que temos onze dias de festas, as mais diversas áreas foram todas focadas e julgo que o programa está bem construído. Não entendemos esta questão, as festas correram até bastante bem. -----

-----Pedro Gonçalves (CDS): Nos anos anteriores os espetáculos também foram intercalados, não nos podemos esquecer que as nossas Associações fazem um esforço tremendo para apresentar na Praça Salgueiro Maia atuações de qualidade e muitas vezes os únicos assistentes que têm são os pais ou familiares, porque as pessoas são atraídas pelos espetáculos maiores. Temos que apostar na nossa juventude e nas nossas Associações. As nossas Associações estão cá 365 dias por ano, aparecem sempre que são solicitadas e era bom que se pudesse chegar a um meio termo, para podermos ter um espetáculo eclético, diversificado e que todas as pessoas pudessem pelo menos apreciar um pouco de cada. -----

-----Fátima Roldão (BE): Em análise a todo o Programa, achamos que o mesmo foi bastante diversificado, eclético, abrangeu vários públicos, não temos nada contra. No entanto podemos sempre melhorar. Em tantos dias de festas há a possibilidade de se organizar bem este Programa. Pelo que verificámos, esta situação acontece há dois anos, pensamos que não é nada de complicado, porquê existirem espetáculos sobrepostos, precisamente com as Associações Locais? Que, tanto quanto sabemos, nem são remuneradas para fazer estes espetáculos. Não achamos razoável que as pessoas tenham

que optar entre uma Associação Local e um grupo mediático, quando seria possível organizar as coisas de outro modo. -----

-----António Ferreira (CDU): Esta não é uma proposta para votação, é apenas uma Recomendação do Bloco de Esquerda. Em relação à sobreposição dos espetáculos, a recomendação é oportuna, mas se quisermos oferecer grande quantidade de espetáculos não temos alternativa, ou prolongamos o número de dias ou fazemos coincidir algumas iniciativas. Alguma desta sobreposição tem também a ver com os atrasos do início dos espetáculos. Por outro lado, é justo que se tenha em atenção um volume de som que não impeça os dois espetáculos de decorrer, até porque os públicos também são diversos. ----

----- Ezequiel Estrada (Presidente da Junta de Freguesia de Nossa Senhora de Fátima): Recomenda ao Bloco de Esquerda que inclua na Proposta de Recomendação a Escola de Cavaquinhos da Universidade Sénior, que estiveram no palco 2 e não consta da relação indicada. A Escola de Cavaquinhos e a Universidade Sénior fazem parte do programa das Festas da Cidade, que correu muito bem. -----

----- Manuel Martins (PS): Os dias de festa são nove, são muitos, são poucos? As Associações são onze, dinamizar dois palcos não é fácil. Esta fórmula pode não ser a perfeita, mas não está muito longe disso. Há muita gente, muitas alternativas e as pessoas podem optar pelo que mais lhes convém. Obviamente haverá espetáculos a que as pessoas gostariam de assistir nos dois palcos e não conseguem, mas são as vicissitudes de uma festa com dois palcos. -----

-----Não havendo mais pedidos de intervenção o senhor **Presidente da Assembleia** colocou a Proposta de Recomendação à votação. -----

VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE RECOMENDAÇÃO -----

-----A Proposta de Recomendação apresentada pelo Bloco de Esquerda foi rejeitada por maioria com dez votos contra do Partido Socialista, uma abstenção da Coligação Democrática Unitária, três votos a favor do Bloco de Esquerda, um voto a favor do Centro Democrático Social, seis votos a favor do Partido Social Democrata e dois votos contra dos Presidentes das Juntas de Freguesia. -----

-----Seguidamente foi concedida a palavra a Pedro Gonçalves que procedeu à leitura da seguinte **Proposta de Recomendação apresentada pelo CDS-PP:** -----

«Recomendação ao Executivo Municipal - Regulamento de Apoio às Festas de S. João e da Cidade do Entroncamento. -----

Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais: -----

As festas de S. João e da Cidade do Entroncamento são uma referência na nossa região e um evento com uma relevância importante para a nossa cidade. -----

As festas são uma fonte de financiamento relevante de muitas das associações da nossa cidade. O investimento que o município efetua para este evento é um investimento com relevo a nível orçamental. As Festas decorrem no coração da nossa cidade, onde existe comércio que deve e tem de ser respeitado pelas festas, de maneira a que não haja prejuízos para os empresários e comerciantes das zonas onde ocorrem as festas. Assim sendo, as festas precisam de ser geridas de uma maneira eficaz e transparente, onde todos saibam à partida com o que contar. Nesse sentido vem o CDS-PP propor ao executivo a criação de um Regulamento municipal de apoio às Festas de S. João e da Cidade do Entroncamento. Regulamento esse que possa acautelar pontos como os seguintes: 1 – Condições para atribuição das tasquinhas; 2 – Condições para atribuição de Stands para artesanato; 3 – Concessão/Aluguer de espaços ou Stand; 4 – Sorteio para a localização das tasquinhas; 5 – Sorteio para a localização de Stands; 6 – Mapa e ordenamento das tasquinhas; 7 – Mapa e ordenamento dos Stands; 8 – Medidas compensatórias aos comerciantes afetados; 9 – Equidade e igualdade na atribuição de stands e tasquinhas; 10 – Direitos e Deveres das associações; 11 – Plano de segurança

para o recinto das festas e sua envolvente. Com a elaboração deste regulamento municipal pretendemos que as festas possam ser mais organizadas assim como mais justas para associações e comércio, promovendo a boa vivência entre ambos. Promovendo também um melhor serviço ao expositor assim como ao visitante. Nesse sentido propomos ao Executivo que abra o procedimento para a elaboração de um Regulamento de Apoio às festas de S. João e da Cidade do Entroncamento. Para a elaboração deste regulamento sugerimos que seja elaborado com as colaborações das associações, comerciantes e moradores da envolvente.» -----

-----Manuel Martins (PS): O CDS-PP recebe a informação das reuniões de Câmara, ao abrigo do Estatuto do Direito de Oposição, mas provavelmente não a lê. Na ata de 19 de março de 2018 constam as Normas de Participação nas Festas da Cidade e S. João, Tasquinhas, Artesãos, FoodTrucks, mapa dos Parques de Estacionamento, mapa do Ordenamento das Tasquinhas, transporte gratuito assegurado pelos TURE, Plano de Coordenação aprovado pela Proteção Civil. -----

Não entendo esta Recomendação, a não ser à luz da política popularucha a que nos vem habituando ao longo deste mandato. O CDS-PP está a procurar as luzes da ribalta, mas não me parece que seja da forma mais correta. -----

Houve reuniões com os moradores, houve sorteio de stands, houve atribuição de consumíveis aos Centros Comerciais. Não houve sorteio das Tasquinhas, como não há desde o início, por vontade das Associações, que criaram nas pessoas o hábito de se encontrarem sempre no mesmo local. Quanto aos Parques de Estacionamento há acordos com os proprietários dos espaços e a Câmara compensa-os com a respetiva limpeza. ----

----- António Ferreira (CDU): O Plano de Segurança das Festas deve preocupar-se com uma situação muito concreta: no último dia, com a quantidade de gente na Festa, o fogo de artifício, da forma como é lançado, tão perto, pode criar alguma situação de pânico e pode levar a situações complicadas. Em relação ao espaço, o mesmo é limitado para alguns espetáculos, deve ser avaliada a possibilidade de aumento do espaço. -----

----- Fátima Roldão (BE): *Em relação a este assunto consideramos que devem existir procedimentos de orientação para a planificação das Festas do Concelho que, aliás, julgamos que já existem no que concerne às atribuição de stands e condições, mas não nos parece que seja assim tão necessário e importante que exista um Regulamento muito formal. Também há a referir neste ponto que os Regulamentos são importantes, mas não podemos andar a criar Regulamentos para todos os assuntos e situações. Por outro lado, há nesta proposta algo que não concordamos definitivamente, quando se refere às medidas compensatórias aos comerciantes afetados. Julgamos que as Festas da Cidade são sempre um momento de alguma entropia e reorganização da cidade, o que é normal, e assim acontece em qualquer cidade. Nunca poderá ser um motivo para compensar comerciantes ou qualquer outros serviços ou entidades (mesmo até os particulares). Pois se formos a analisar bem também os particulares são bastante afetados no acesso aos serviços, no estacionamento habitual (para quem trabalha na zona circundante) ou que tem necessidade de circular por essa zona. E como seriam calculadas essas compensações? Obviamente tal não seria de fácil nem exequível tradução em valores. E nesse caso teria sim que fazer-se um estudo para amenizar, digamos os “prejuízos” para os estabelecimentos que ficam mais “bloqueados” pelo acesso ao recinto. E nunca se poderia resolver isso com qualquer tipo de indemnização. Em último caso, se assim verificássemos grandes prejuízos só haveria a solução, talvez mais óbvia, de deslocar o espaço das Festas, o que não nos parece para já o caso. (mas havendo sempre, como se sabe, um espaço alternativo) Ora perante isto não será razoável, e seria até um precedente delicado, entrarmos nessa contrapartida de conceder medidas compensatórias. Claro que há sempre neste tipo de eventos benefícios e alguns*

inconvenientes, nomeadamente até para os moradores da zona, por via do barulho, agitação e constrangimento da circulação, mas temos que encarar estes aspetos como uma ocorrência excecional que sempre existirá, pois nenhum evento deste tipo se faz sem o correspondente aumento de constrangimentos, se for, como o caso deste, implantado no centro da cidade. Portanto, resumindo não nos parece que este Regulamento seja prioritário e muito menos com a cláusula acima referida.-----

----- Pedro Gonçalves (CDS): Não se devem tapar erros com outros erros, como se fez nas Festas da Cidade, tapou-se o comércio e deu-se-lhe algo que não se devia ter dado. O CDS-PP é um partido justo. As medidas compensatórias são as descritas no ponto 8. As lojas que existem todo o ano não deverão ser tapadas com stands ou barracas de faturas. Nós conhecemos as Normas, mas não contém sanções. -----

----- António Ferreira (CDU): Gostaria de ser esclarecido em relação às faladas compensações. -----

----- Mário Balsa (PS): Passo a esclarecer o que se passa com as compensações: a Câmara utiliza durante as Festas da Cidade um conjunto de terrenos para que as pessoas possam estacionar as suas viaturas e em função disso preparamos e limpamos o terreno. Outra compensação é a limpeza que a Câmara faz nas casas de banho do Centro Comercial, dado que as mesmas estão abertas ao público. A Câmara não faz compensação nenhuma a comerciantes. -----

-----Não havendo mais pedidos de intervenção o senhor **Presidente da Assembleia** colocou a Proposta de Recomendação à votação. -----

VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE RECOMENDAÇÃO -----

-----A Proposta de Recomendação apresentada pelo CDS-PP foi rejeitada por maioria com dez votos contra do Partido Socialista, um voto contra da Coligação Democrática Unitária, três votos contra do Bloco de Esquerda, seis votos contra do Partido Social Democrata, um voto a favor do Centro Democrático Social e dois votos contra dos Presidentes das Juntas de Freguesia. -----

----- Foi concedida a palavra a Manuel Martins, que procedeu à leitura do seguinte VOTO DE PESAR: -----

Os eleitos pelo Partido Socialista à Assembleia Municipal do Entroncamento apresentam um voto de pesar pelo falecimento do funcionário municipal António Simões Paulino. -- O funcionário António Simões, como era conhecido, era um funcionário dedicado, sempre disponível, dinâmico e respeitador para com todos. O seu desempenho foi marcante. A dedicação, o zelo e o rigor que colocava em todas as suas tarefas foi sempre notável, nomeadamente, no âmbito do Serviço Municipal de Proteção Civil. Perante as dificuldades, não hesitava na ajuda a terceiros em detrimento do próprio. Com vontade inesgotável e num esforço que só ele poderia descrever superou grandes arduidades, sendo um verdadeiro exemplo para os colegas e para a comunidade. A Bancada do Partido Socialista do Entroncamento gostaria que todas as restantes forças políticas se associassem a este voto de pesar num pleno reconhecimento pelas qualidades atrás descritas. Assim, pelo seu percurso e dedicação a este município, propõe-se que a Assembleia Municipal delibere: 1. Aprovar o presente “Voto de Pesar” pelo falecimento do Senhor António Simões Paulino; 2. Manifestar à sua família as mais sentidas condolências, transmitindo o teor deste “Voto de Pesar”. -----

----- Carlos Matias (BE): O Bloco de Esquerda associa-se a este Voto de Pesar e apresenta condolências à família do Sr. António Simões. -----

----- António Ferreira (CDU): A CDU associa-se também a este Voto de Pesar. -----

----- Pedro Gonçalves (CDS): O CDS-PP associa-se igualmente ao Voto de Pesar. -----

----- António Mascarenhas (PSD): A bancada do PSD associa-se também a este Voto de Pesar. -----

O Voto de pesar foi aprovado por unanimidade. -----

Tomou depois a palavra o deputado Manuel Martins (PS) para apresentar o seguinte voto de louvor pela forma como decorreram as festas da cidade: -----

«VOTO DE LOUVOR-----

Entre os dias 15 e 23 do presente mês de junho, decorreram no Entroncamento mais uma edição das Festas da Cidade. E, à semelhança do sucedido em edições anteriores recentes, com grande sucesso, como já nos habituou municipal, sendo já uma referência na região. Foi um evento extremamente abrangente, com um cartaz musical altamente diversificado, incluindo tanto artistas locais como artistas de fama internacional, conseguindo apresentar opções para todos os gostos, dos mais novos aos mais velhos, dos mais elitistas aos mais populares, dos mais clássicos aos mais modernos. Proporcionou às associações culturais e músicos locais a possibilidade de atuarem na sua cidade, perante o seu público, os seus familiares e amigos, com reconhecido agrado de todos. Disponibilizou espaços para os artesãos locais exporem os seus produtos e mostrarem a sua arte. Na Praça Marechal Carmona, para além da exposição de material militar a cargo do Batalhão de Serviço Material do Exército, foram instaladas diversões. Utilizando os dois palcos instalados na Praça Salgueiro Maia e no Largo José Duarte Coelho, proporcionou aos espetadores a possibilidade de optar pelo espetáculo que mais lhe agradasse, movimentando as pessoas, dando vida à cidade, ativando o comércio da zona, bem como os stands instalados na Rua Luis Falcão de Sommer. Mais uma vez, através da instalação de um écran gigante, proporcionou a todos o acompanhamento do excelente desempenho que a nossa Seleção está a ter no Mundial da Rússia 2018. Possibilitou também que as associações, através da exploração das tasquinhas, com o esforço e abnegação dos seus membros, angariassem alguns meios financeiros para a prossecução das suas atividades, facto de reconhecida importância para todas elas. Manteve as festas da cidade no centro da cidade, para onde as trouxe e de onde jamais deverão sair, retirando-as dos arrabaldes, onde as tinham colocado, proporcionando a toda a população bons momentos de lazer, convívio e alegria. Por tudo isto, os eleitos pelo Partido Socialista à Assembleia Municipal do Entroncamento propõem um voto de louvor ao executivo municipal, reconhecendo a aposta neste formato de festas como uma aposta vencedora e para manter por muitos anos, pois agrada à grande maioria dos municípios, dinamiza o comércio e dignifica a cidade.» -----

O voto de louvor é aprovado com os votos a favor do Partido Socialista e dos presidentes de junta de freguesia de São João Baptista e de Nossa Senhora de Fátima, a abstenção do CDU e os votos contra do PSD, BE e CDS. -----

----- Seguidamente, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra a Pedro Gonçalves (CDS): -----

a) Quero dar destaque à recolha de fundos por parte da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários do Entroncamento. Deixo o pedido à Mesa para que a minha verba desta sessão lhes seja entregue. -----

b) Quero recordar aqui a Lei n.º 75/2013, art.º 25.º Ponto 2 alínea b). Esta é uma Lei que rege o Órgão a que o Sr. preside e que o Sr. deve cumprir com todo o afinco e que deve conhecer, mas infelizmente este Órgão não a parece conhecer. O Sr. Presidente respondeu à Dr.ª Rosa Teixeira, para “ir ver à ata” quando esta solicitou uma informação através de requerimento do CDS-PP. Relembro ao Sr. Presidente que os membros deste Órgão não estão cá em permanência e nesse sentido a Lei protege os eleitos dando competências à Mesa e capacitando o Órgão de um funcionário para que possa apoiar os eleitos. Mostra-se aqui um pouco de falta de consideração e uma falha na preparação. -----

Nestas últimas assembleias temos visto alguns atropelos consecutivos à Lei e ao nosso Regimento. O meu conselho, Sr. Presidente, é que se prepare, capacite-se para exercer e

honrar o cargo. Não estou aqui para o tentar denegrir, estou aqui para cumprir um dever que o Regimento desta Assembleia me dá. Precisamos de mais participação política. Alguns dos partidos aqui presentes não se devem refugiar em declarações de voto. Para cada crítica deverá ser apresentada uma solução. A política carece de alternativa, carece de influenciar positivamente a governação, para poder dar uma cidade diferente às pessoas. Relativamente ao conselho dado ao Presidente da Assembleia, este esclareceu que o pedido feito de levantamento das recomendações e menções apresentadas pelos partidos ao longo dos últimos cinco anos não poderia ser concretizada por falta de meios humanos; por outro lado, qualquer partido ou cidadão poderá aceder aos mesmos na página da Câmara Municipal. -----

c) Quero também lamentar que o Parque de Estacionamento da Praça Salgueiro Maia tenha estado inacessível por mais de uma semana a pessoas com mobilidade reduzida, dado que o elevador esteve avariado. -----

----- Foi de seguida dada a palavra a Susana Cruz (PSD) para recordar que, na sua intervenção na sessão de abril passado, embora apoiando as intervenções a decorrer no cineteatro S. João e no Mercado Municipal, alertara já para o inconveniente de decorrerem em simultâneo, situando-se muito próximas entre si, implicando constrangimentos à circulação da população e à atividade comercial, decorrentes da difícil acessibilidade. Lamentou que a situação se mantenha ainda inalterada, com prejuízo para residentes, comerciante e visitantes, solicitando que o executivo adote medidas alternativas de trânsito, de forma a facilitar a mobilidade na zona. Chamou a inda a atenção para o facto de a passagem da ciclovia junto à rua Luís Falcão de Sommer, ter desviado a circulação de pessoas daquela rua, eixo nuclear do comércio da cidade, de que se queixam os comerciantes. A concluir a sua intervenção, e uma vez que, na sessão anterior lhe fora solicitado pelo senhor Presidente da Câmara, a apresentação de propostas, a mesma quis deixar as seguintes sugestões de forma a atenuar os problemas referenciados: repensar a necessidade de eliminar e/ou manter vários sentidos de trânsito, em função da quantidade de tráfego, questionando sobre a existência de algum estudo de tráfego nas ruas em que existe um único sentido de trânsito; estudar a possibilidade de criar uma via de trânsito na rua calçetada, por forma a escoar o trânsito, facilitar a circulação das pessoas e promover o comércio local; repensar a colocação de lugares de estacionamento nessa mesma rua, com duração limitada de trinta minutos e alterar o horário da duração dos lugares de estacionamento para cargas e descargas. A bancada do PSD propôs ainda ao executivo, a pedido da população, a adoção das seguintes medidas: criar uma zona de estacionamento taxada junto ao restaurante D. Appetite, para apoio ao comércio local; diligenciar junto da empresa responsável a adoção de parquímetros que efetuem trocos; colocar sanitários públicos junto à Praça Salgueiro Maia; criar lugares de cargas e descargas junto à Escola Filarmónica para apoio ao comércio local e evitar que se cometam infrações de trânsito; adotar medidas de segurança rodoviária de forma a prevenir os riscos existentes na entrada e saída do Hospital S. João Baptista e ruas adjacentes; adequar a sinalização dos novos troços da ciclovia, de forma a evitar riscos de acidente. -----

-----Interveio, entretanto, o deputado Mário Balsa (PS), para refutar as declarações acima efetuadas pelo deputado Pedro Gonçalves, o qual invocou a Lei n.º 75/2013 para declarar que não foi dada uma resposta adequada ao pedido do CDS de levantamento das recomendações e moções apresentadas pelos partidos ao longo dos últimos cinco anos; segundo o deputado Mário Balsa, a Lei de Acesso aos Documentos Administrativos (LADA) estipula que ninguém tem que produzir documentação para entregar a terceiros; acrescentou ainda que era solicitado que se elencasse um conjunto de atividades muito dispersas e elaboração de um relatório de síntese, o que implicaria a mobilização de meios

humanos inexistentes, tendo em conta que a Assembleia Municipal não dispõe de funcionários próprios, pelo que lhe foi, corretamente, respondido onde poderia ser encontrada a documentação solicitada. -----

----- O deputado da CDU, António Ferreira, interveio para chamar a atenção para o processo em curso de concentração dos serviços de distribuição dos CTT, tendo sido retirados os serviços de Riachos, Chamusca e Golegã, o que poderá ser ainda aplicado a outras localidades; neste contexto, alertou para a possibilidade de o mesmo vir a acontecer à estação de correios do Entroncamento, considerando inaceitável que tal possa verificar-se em qualquer das valências em funcionamento. Destacou ainda o facto de o CHMT ter cessado o contrato de transporte de doentes pelos Bombeiros Voluntários de Constância, de que resulta uma situação caótica no encaminhamento de doentes, sobretudo a partir de determinada hora do dia, pelo que propõe que a Câmara Municipal pressione o CHMT, de forma a resolver este problema. Usou ainda da palavra o senhor deputado António Ferreira para apelar a que, na próxima sessão da Assembleia Municipal, seja debatida a questão da transferência de competências para as autarquias locais, alertando para o valor irrisório das verbas previstas pelo Fundo de Financiamento da Descentralização, por exemplo, para a educação e a saúde, uma vez que se correrá o risco de se proceder à transferência de competências e responsabilidades sem a adequada contrapartida financeira. -----

Tomou então a palavra senhor deputado da bancada do PS, Manuel Martins, em resposta à intervenção da deputada Susana Cruz, reconhecendo a pertinência das questões colocadas, embora salientando que a ciclovía associada à requalificação da ribeira teria sempre que passar sobre esta; nestas circunstâncias, deverão os comerciantes promover formas de atrair as pessoas aos seus espaços comerciais. Relativamente à proposta de criar zonas de estacionamento na rua calcetada, o mesmo teria que ser pago e, a ser assim, voltar-se-ia à polémica recorrente de se considerar o estacionamento pago a causa da quebra do comércio no centro do Entroncamento. -----

De seguida, foi dada a palavra ao senhor deputado António Miguel (PS) para uma breve nota sobre o ponto da situação quanto ao Plano Diretor Municipal (PDM), processo que vem acompanhando em representação desta Assembleia Municipal; informou ter participado na segunda reunião da Comissão Consultiva da Direção Regional de Lisboa e Vale do Tejo, no dia quinze de junho, em conferência procedimental para apresentação e ponderação final da proposta apresentada pela Câmara Municipal do Entroncamento, tendo salientado que dos representantes presentes e dos que, embora ausentes, enviaram previamente o seu parecer, o mesmo foi, na generalidade, favorável. -----

Passou-se de seguinte ao período de intervenção do público. -----

-----INTERVENÇÃO DO PÚBLICO-----

Pediu a palavra o senhor **Rafael António da Conceição Costa**, morador na Rua Cor. António Manuel Batista, no Entroncamento para agradecer a colaboração do senhor vereador Carlos Amaro na organização do evento «10.º Encontro da BMW 30 Portugal», o qual constituiu um sucesso, tendo trazido ao Entroncamento pessoas de outros países. Seguidamente, questionou o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Nossa Senhora de Fátima, sobre a resposta dada por este quando lhe foi colocado o problema do estacionamento junto ao supermercado MeoSuper; levantou ainda as seguintes questões: iluminação na Rua Brigadeiro Botelho Moniz; estacionamento na Rua 1.º de Maio; construção de uma garagem no Bairro da Liberdade, Rua Coronel António Batista, que não respeita as normas estabelecidas para o traçado das casas. -----

Em defesa da honra, face aos termos da acusação feita pelo elemento do público acima referido, pediu a palavra Ezequiel Estrada, Presidente da Junta de Freguesia de Nossa Senhora de Fátima, para justificar e enquadrar os problemas levantados e informar que os

mesmos são dados a conhecer à Câmara Municipal, em reunião mensal destinada ao efeito. Acrescentou ainda que, no que respeita à construção clandestina, tal deverá ser comunicado ao senhor vereador. -----

PONTO NÚMERO UM -----

APRECIACÃO DA INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA, ACERCA DA ATIVIDADE DO MUNICÍPIO -----

Pediu a palavra Pedro Gonçalves, pelo CDS, para questionar a realização da festa «Entroncamento em Flor», questionando se a mesma seria para continuar nos mesmo moldes ou se prevê que tenha, no futuro, uma diferente dinamização, envolvendo as associações e valorizando as origens da cidade. -----

Seguiu-se a intervenção da deputada Fátima Roldão, do Bloco de Esquerda, a qual colocou as seguintes questões: *Na Unidade de Ambiente e Espaços Verdes, página 19, no ponto 5 quando se fala que foi implementado o Plano de Controlo de Qualidade da Água com análises semanais, 15 análises efetuadas, gostaríamos de saber os resultados destas análises, pois para além do número será bastante mais importante saber como se encontra a qualidade da água no município.* -----

Ainda nesta mesma secção Ambiente e Espaços Verdes, na página 19, refere-se no ponto 7 (Informações CIMT) o reporte de informação no âmbito do programa de alterações climáticas. Gostaríamos de obter mais informação sobre este Programa (podem ser facultadas, posteriormente, por escrito e de forma mais detalhada) -----

No sector da Educação, página 20, julgamos demasiado sucinta a informação nomeadamente quando se enuncia relativamente ao 2º e 3º ciclo do ensino básico e ao Agrupamento de Escolas Cidade do Entroncamento, uma única frase: “Resposta a todas as solicitações, pedidos de reparação e arranjos”. Apesar de não ser da responsabilidade exclusiva da Câmara Municipal a gestão direta do dia a dia deste sector, poder-se-ia especificar um pouco melhor que solicitações e pedidos de apoio existiram. -----

No sector dos Serviços Sociais, encontramos informação muito mais detalhada e pertinente, contudo ficou-nos a dúvida sobre as “Conversas de Café”, que versaram sobre assuntos culturais e que são realizadas na Biblioteca Municipal. Por que razão se encontram nesta secção? -----

Ainda nesta mesma secção aparece a informação sobre o “Entroncamento em Flor”. Sobre esta iniciativa, apesar de ter o eventual mérito, de contribuir para a animação da cidade e sua dinamização cultural, continuamos a considerar que é uma Festa totalmente descaracterizada, embora, este ano, com alguma evolução na ornamentação com plantas naturais e embelezamento de algumas rotundas e espaços da cidade, mas continua sem um elo unificador, sendo na verdade uma pequena manta de retalhos cosidos sem grande lógica, e na qual se integra ainda a mostra gastronómica “À descoberta do Bacalhau”, que nada tem a ver, também, com a temática. De qualquer forma bem compreendemos, que seja difícil construir e unificar um conjunto de iniciativas coerentes, simplesmente porque a temática e o modelo nada tem a ver com a identidade do concelho. Poder-se-á sim, aproveitar e otimizar futuramente o tema como pretexto para enriquecer e investir mais nos espaços verdes e naturais do concelho e centrar aí o conjunto de iniciativas, melhorando esses espaços e enriquecendo esse património do município com atividades mais especializadas. -----

Na secção da Cultura, mais uma vez não consideramos que tenha um maior desenvolvimento na informação que apresenta. Sugeríamos aqui, de forma a enriquecer a informação e obter o feedback dos munícipes sobre as atividades culturais que, à semelhança do que faz a Biblioteca Municipal nas suas atividades com as escolas, se implemente uma Ficha de Satisfação sobre os eventos e espetáculos realizados. Seria

talvez interessante para obtermos uma informação qualitativa e não apenas descritiva e quantitativa do nº de espectadores e eventos. -----

*No sector do **Comércio e Turismo**, página 26, refere-se que no Posto de Turismo se encontra disponível um Pólo de Leitura em parceria com a Biblioteca Municipal, ao abrigo do projeto “os livros viagem pela Cidade” já implementado na Cidade há alguns anos e que se pretende estender a outros locais do Concelho. Gostaríamos de saber como funciona este pólo de leitura e como é dinamizado. E que tipos de livros inclui? São livros sobre o tema das “Viagens”? Assim parece pelo título “Livros Viagem”. Ou será um erro ortográfico? Gostaríamos, sobretudo de saber como funciona este Projeto. -----*

Gostaríamos, por fim, de obter informação mais detalhada, de forma escrita, sobre o Acordo Assinado no âmbito do Grupo de Trabalho das Bibliotecas Públicas e Municipais do Médio Tejo, Acordo de Cooperação DGLAB/CIM Médio Tejo – Rede das Bibliotecas Públicas. -----

Tomou então a palavra o deputado Carlos Matias para solicitar um esclarecimento com base na resolução número 5/2018, do Conselho de Ministros, que fixou um conjunto de normas procedimentais relativa à concessão das redes municipais de baixa tensão, pretendendo saber se o contrato que foi assinado pela Câmara Municipal do Entroncamento de fornecimento de energia em baixa tensão está ou não relacionado com o caderno de encargos que a Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos (ERSE) está agora a divulgar. -----

Pediu a palavra o deputado Fernando Barroso, do PSD, para, numa breve reflexão, destacar a importância da valorização da colaboração e opinião de todos os funcionários e colaboradores na dinamização de qualquer organização, considerando que o relatório de atividades em apreciação, embora revele alguma melhoria na exposição, peca por não distinguir o acessório do essencial. -----

Tomou a palavra o deputado António Ferreira (CDU) para colocar a questão da regularização dos contratos de trabalhadores com vínculos precários na Câmara Municipal, perguntando qual o número destes trabalhadores atualmente ao serviço, incluindo os das Juntas de Freguesia. Recordou ainda a questão do pagamento do diferencial entre as trina e cinco e as quarenta horas, de que a Câmara continua a aguardar o desenvolvimento do processo a decorrer em Tribunal, salientando que, do seu ponto de vista, a Câmara não quer resolver os problemas dos seus trabalhadores, adiando um processo que lhes será favorável, o que não contribui para um clima de confiança entre o executivo e os trabalhadores. -----

Seguidamente, interveio o deputado Ricardo Antunes (PS), para destacar da informação do senhor Presidente da Câmara algumas iniciativas organizadas pelos Serviços Sociais, nomeadamente as «Conversas cm Café», «Entroncamento em Flor», que também contou com um conjunto eclético de iniciativas, salientando a preocupação de envolver vários públicos, o que estará a ser bem-sucedido. No que respeita às questões sociais, sublinhou ainda a importância das tarifas da água para famílias de baixos rendimentos e famílias numerosas, de que beneficiam um maior número de famílias. Terminou a sua intervenção destacando o facto de a informação da Direção Geral da Administração Local (DGAL) considerar que a execução orçamental continuar a ser rigorosa no que concerne às receitas e às despesas. -----

Dada a palavra ao deputado Manuel Martins (PS), o mesmo, baseado ainda na informação da Direção Geral da Administração Local (DGAL), destacou também os valores da execução orçamental, revelando eficácia e boa gestão; referiu-se ainda ao limite total da dívida (dezassete milhões de euros), o que permite sair da grave situação financeira em que o município se encontrava, ao mesmo tempo que se realizam investimentos significativos e assegurar um prazo médio de pagamento a fornecedores de 49 dias. -----

Tomou então a palavra o senhor Presidente da Câmara Municipal, para esclarecer as questões apresentadas. Relativamente às festas da cidade, reconheceu que o modelo adotado constituiu um sucesso reconhecido pela reação da população, pelos comerciantes, constituindo um marco importante na vida da cidade, pelo que deverá manter-se. A propósito, quis destacar dois aspetos: a participação muito ativa das associações que contaram com o trabalho árduo dos seus membros, sem as quais as festas não teriam o sucesso registado; o envolvimento dos funcionários municipais nos trabalhos de preparação, de execução das festas e já após a sua conclusão. No que respeita às questões colocadas pela deputada Susana Cruz (PSD) esclareceu o seguinte: estando em curso um conjunto de obras de grande dimensão em áreas estruturais da cidade, serão inevitáveis e compreensíveis alguns constrangimentos pontuais que vêm merecendo a atenção da Câmara Municipal, havendo ajustamentos por fazer. Registou depois, com agrado, a alteração de posição do PSD relativamente ao mandato anterior, quando então votou contra a criação de espaços de estacionamento condicionado em termos de horários. Quanto ao traçado da ciclovias, referiu tratar-se de um projeto ambicioso de quinze quilómetros de ciclovias na cidade; neste âmbito foi aproveitada a Ribera de Santa Catarina que estava a ruir, procurando afastar-se as casas da ribeira; sendo as ciclovias muito importantes, será feita uma sensibilização para a sua utilização com segurança e a sua preservação. No que diz respeito ao estacionamento na rua calçetada, tal não será fácil embora haja essa preocupação, estando a ser utilizados vários parques particulares. Em resposta ao deputado António Ferreira (CDU), esclareceu que o tema da transferência de competências para os municípios merece uma reflexão, devendo ser clarificado tudo o que está pressuposto transferir nas diversas áreas da educação, saúde, cultura, habitação e património, não havendo ainda relativamente à Segurança Social e à Proteção Civil. Acrescentou ainda que, no que diz respeito às escolas, será replicado com a Escola Secundária o modelo já aplicado à Escola Dr. Ruy d'Andrade, ficando a Câmara Municipal responsável por todo o pessoal não docente, o funcionamento e manutenção de todo o edificado bem como as refeições e os prolongamentos. No âmbito da saúde, o modelo será um pouco semelhante, passando o município a assumir o pessoal, embora não se saiba ainda qual. Passando a abordar as questões levantadas no que respeita à festa «Entroncamento em Flor», esclareceu que a mesma tem vindo a evoluir, persistindo ideia da reciclagem e o objetivo de envolver as comunidades e as associações, valorizar o mês do idoso e procurar florir o Entroncamento; concluiu, destacando a importância de integrar o projeto «Portugal Florido», constatando que, embora haja aspetos a melhorar, a cidade está mais bonita, tem mais jardins e conta com uma crescente participação dos moradores, negando tratar-se de uma festa não participada. No que concerne a questão da qualidade da água, informou realizar-se um controlo regular, de acordo com as regras vigentes, sendo os resultados publicados em edital A3 distribuído por vários locais do concelho. Relativamente à questão das horas eventualmente em dívida, segundo o deputado António Ferreira, recordou estar a aguardar o resultado do processo. Quanto à questão dos precários, informou haver poucas pessoas em programas operacionais, sendo um técnico superior, seis assistentes operacionais, cujo concurso já decorreu. Em resposta ao deputado Carlos Matias (BE), esclareceu que o município é proprietário das estruturas de iluminação pública e de fornecimento de energia aos privados, estruturas que se encontram concessionadas à EDP estando esta concessão próxima do seu termo e havendo concorrência no fornecimento de energia, aguarda-se por um processo escolha. No que respeita ao fornecimento de energia, a Câmara recorreu ao acordo quadro da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo (CIMT), processo em que toda a informação é controlada pela EDP; acrescentou ter a ERSE enviado no dia desta sessão da Assembleia Municipal, uma das obrigações que era a de identificação das zonas a serem

concessionadas em conjunto, supondo-se que foram indicadas cinco zonas que, na prática, serão as Comissões de Coordenação de Desenvolvimento Regional (CCDR's); reconheceu tratar-se de um problema delicado a merecer a máxima atenção, uma vez que os municípios têm pouca ou nenhuma capacidade, mesmo a nível da Associação Nacional dos Municípios Portugueses (ANMP), para lidar com o peso da EDP nestas questões. Prosseguiu, recordando ter sido apresentado em 2016 uma candidatura para substituição de cinquenta e cinco por cento da iluminação pública por LED's, tendo apenas o dia antes sido apresentado um pedido de esclarecimento acerca deste processo. Salientou, de seguida, a questão social patente no relatório apresentado, para recordar as políticas sociais adotadas pelo município, havendo necessidade de apoiar grande parte dos idosos do concelho, pessoas que têm beneficiado de isenção do pagamento de água e saneamento. Recordou, a propósito, o projeto «Mil Vidas», apoiado pela Junta de Freguesia de S. João Baptista. Destacou, seguidamente, as áreas da cultura, educação e desporto, com grande e variado número de eventos. Informou que os funcionários do município, cumprindo um Regulamento, andam fardados. Uma vez mais, sublinhou a importância estratégica da redução da dívida, a qual passou de cerca de 15,7 milhões de euros em 2013 para os atuais 10 milhões de euros, a inexistência de pagamentos em atraso (atingindo, em 2013, 1,7 milhões de euros) e a significativa redução do prazo médio de pagamentos (de cento e muitos dias em 2013 para os atuais quarenta e nove dias), bem como o facto de a execução orçamental se encontrar, no momento, em trinta e oito por cento (o que faz parecer uma elevada taxa de execução no final do ano), como indicadores de uma gestão rigorosa. Acrescentou que, não obstante o ainda relativamente elevado peso da dívida, esta gestão rigorosa tem viabilizado a concretização de um vasto conjunto de empreitadas, num valor de cerca de 3,5 milhões de euros, destacando: a conclusão da ciclovia na freguesia de S. João Baptista, os jardins no Casal Saldanha, a renovação do mercado e do cineteatro. Informou ainda estarem em preparação um conjunto de projetos no âmbito do Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano (PEDU), no total de 1,5 milhões de euros, abrangendo a requalificação do espaço circundante à Escola das Tílias, onde será corrigida a questão do trânsito da Rua 1.º de Maio, a reconversão de toda a Rua Ferreira Mesquita até à rotunda Bartolomeu da Costa, incluindo-se também aqui as infraestruturas, começando pelo abastecimento da água com a substituição das condutas. Deu ainda conta dos seguintes projetos: requalificação urbana estruturante no Bairro da Liberdade e na rua Frederico Ulrich, o qual implicará a criação de um corredor central verde até à subestação da EDP; ligação da zona industrial do Entroncamento e de Riachos à A23, tendo sido já assinado o contrato para aquisição do projeto de engenharia; dois projetos com a Infraestruturas de Portugal, designadamente, a criação de uma área empresarial com cerca de vinte hectares, do qual se espera a dinamização da vida económica da cidade e a reabilitação dos bairros ferroviários; neste âmbito, será dada prioridade ao bairro Camões, prevendo-se a recuperação de trinta e duas vivendas. Relativamente ao ensino superior, foram já assinados protocolos com instituições do setor no sentido de, havendo procura, poderem estar a funcionar em setembro dois cursos no Campus da Gustavo Eiffel, um na área da proteção civil e outro na área de comunicação e marketing. -----

PONTO NÚMERO DOIS -----

DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE CRIAÇÃO DO CARTÃO MENSAL PARA OS UTILIZADORES DO DENOMINADO «PARQUE DA ESTAÇÃO» E PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DO ARTIGO 4.º DO REGULAMENTO MUNICIPAL DAS ZONAS DE ESTACIONAMENTO DE SUPERFÍCIE, AO ABRIGO DA ALª G), DO Nº 1, DO ARTº. 25º DA LEI Nº 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO. -----

Começa por intervir Pedro Santos (BE) dizendo que a sua bancada não é contra o passe, mas sim contra o valor cobrado de vinte e três euros e a cobrança de um mesmo valor independentemente do tempo de estacionamento; por outro lado, critica também as obsoletas máquinas de cobrança e sugere a criação de um passe mensal para os restantes estacionamentos da cidade; conclui a sua intervenção com a indicação de que a sua bancada votará contra a proposta. Toma, então, a palavra Pedro Gonçalves (CDS-PP) para referir que o seu partido se irá abster, criticando alguns dos pontos da proposta, designadamente a falta de vigilância no parque em questão; conclui, sugerindo que se pense na reversão do estacionamento concessionado. Segue-se a intervenção de António Ferreira (CDU), o qual destaca o facto de o seu partido sempre ter sido contra o estacionamento concessionado, acrescentando que o espaço carece de melhoramentos e que o valor do passe em discussão não corresponde ao serviço prestado, estabelecendo uma comparação com os valores cobrados no estacionamento da Praça Salgueiro Maia; e conclui, questionando por que razão é a autarquia a suportar os custos associados aos equipamentos neste parque, propondo que os mesmos sejam atualizados. Toma a palavra Mário Balsa (PS), para reconhecer coerência relativamente a momentos anteriores por parte das bancadas do CDS-PP e da CDU, embora o surpreenda a posição do BE, revelando falta de coordenação entre o vereador e os deputados municipais. Em resposta, Carlos Matias (BE) afirma que, na reunião da Câmara Municipal, o BE propôs a criação de um cartão mensal, embora discordando do seu valor, recordando que, na referida reunião, a proposta fora aprovada com a abstenção do BE. -----

VOTAÇÃO DO PONTO NÚMERO DOIS -----

O ponto número dois “**Proposta de criação do cartão mensal para os utilizadores do denominado «parque da estação» e proposta de alteração do artigo 4.º do regulamento municipal das zonas de estacionamento de superfície, ao abrigo da alª g), do nº 1, do artº. 25º da lei nº 75/2013, de 12 de setembro**”, foi aprovado por maioria, com dezoito votos a favor, sendo dez votos do Partido Socialista, seis votos do Partido Social Democrata e dois votos dos Presidentes das Juntas de Freguesia, três votos contra do Bloco de Esquerda e as abstenções do Centro Democrático Social e da Coligação Democrática Unitária. -----

António Ferreira (CDU) apresenta a seguinte declaração de voto:

Pedro Gonçalves (CDS-PP) apresenta a seguinte declaração de voto:

PONTO NÚMERO TRÊS -----

AUTORIZAÇÃO PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS PARA O FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES ESCOLARES PARA O ANO LETIVO 2018/2019, DE ACORDO COM A ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 6.º DA LEI 8/2012, DE 21 DE FEVEREIRO. -----

Não havendo pedidos de intervenção, o senhor **Presidente da Assembleia Municipal** colocou o ponto número três à votação. -----

VOTAÇÃO DO PONTO NÚMERO TRÊS -----

O ponto número sete “**Autorização para a assunção de compromissos plurianuais para o fornecimento de refeições escolares para o ano letivo 2018/2019, de acordo com a alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da lei 8/2012, de 21 de fevereiro**” foi

aprovado por unanimidade, com vinte e três votos, sendo dez votos do Partido Socialista, seis votos do Partido Social Democrata, três votos do Bloco de Esquerda, um voto do Centro Democrático Social, um voto da Coligação Democrática Unitária e dois votos dos Presidentes das Juntas de Freguesia. -----

PONTO NÚMERO QUATRO -----

DISCUSSÃO E APROVAÇÃO DO PROJETO DE REGULAMENTO DE APOIO AO INVESTIMENTO E CRIAÇÃO DE EMPREGO DO MUNICÍPIO DO ENTRONCAMENTO, AO ABRIGO DA AL^a G), DO N^o 1, DO ART^o. 25^o DA LEI N^o 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO. -----

Começo por intervir, neste ponto, António Ferreira (CDU), manifestando a sua estranheza pelo facto de a proposta ter sido aprovada por unanimidade na reunião da Câmara Municipal e considera ineficaz a taxa de derrama proposta, a qual deveria ser em função da realidade do concelho, considerando que este regulamento e as medidas que preconiza deveriam ser conjugados com medidas de âmbito nacional; no entanto, votará favoravelmente a proposta. Seguiu-se a intervenção de Pedro Gonçalves (CDS-PP), referindo-se às propostas que terá apresentado ao senhor Presidente da Câmara, Jorge Faria, no início do segundo mandato, considera que se trata de uma proposta a pensar nas pessoas, esclarecendo que votará favoravelmente o documento. Por sua vez, Carlos Matias (BE) explicou que a sua bancada votará a favor, embora ressalvando que a proposta deveria ser acompanhada de uma estimativa dos custos e benefícios da medida, considerando também a questão da derrama como desajustada da realidade, acrescentando que deveria ter sido também considerada a estabilidade dos postos de trabalho. Toma, então, a palavra António Miguel (PS) para sublinhar os objetivos da medida e esclarecer que esta proposta esteve em consulta pública. -----

VOTAÇÃO DO PONTO NÚMERO QUATRO -----

O ponto número quatro “**Discussão e aprovação do projeto de regulamento de apoio ao investimento e criação de emprego do município do entroncamento, ao abrigo da al^a g), do n^o 1, do art^o. 25^o da lei n^o 75/2013, de 12 de setembro**” foi aprovado por unanimidade, com vinte e três votos, sendo dez votos do Partido Socialista, seis votos do Partido Social Democrata, três votos do Bloco de Esquerda, um voto do Centro Democrático Social, um voto da Coligação Democrática Unitária e dois votos dos Presidentes das Juntas de Freguesia. -----

PONTO NÚMERO CINCO -----

DISCUSSÃO E APROVAÇÃO DA PROPOSTA DE REVISÃO DO REGULAMENTO DE ATRIBUIÇÃO DE BOLSAS DE ESTUDO, AO ABRIGO DA AL^a G), DO N^o 1, DO ART^o. 25^o DA LEI N^o 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO.

Inicia-se a apreciação da proposta com a intervenção de Pedro Gonçalves (CDS-PP), salientando não concordar com a ideia de voluntariado preconizada no documento, na medida em que os estudantes que recebam as bolsas de estudo terão de cumprir um serviço de voluntariado. Também Fátima Roldão (BE) que intervém de seguida, critica o princípio de voluntariado previsto, referindo que a sua bancada votará contra a proposta. Segue-se a intervenção de Carlos Matias (BE) para acrescentar que o seu partido é a favor da atribuição de bolsas de estudo, mas não da criação de postos de trabalho temporários, obrigando-se um trabalhador a trabalhar sem um contrato de trabalho. seguidamente, acrescentou a seguinte declaração para registo em ata: Em primeiro lugar, que fique bem claro: o Bloco de Esquerda é a favor da atribuição de bolsas de estudo, por parte do município, uma ajuda a estudantes e às suas famílias com dificuldades. Em segundo lugar, o Bloco não se opõe a que sejam criados postos de trabalho temporários, para estudantes em férias. Simplesmente, uma coisa (bolsas de estudo) não tem nada a ver com outra (criação de postos de trabalho). Insistir num Regulamento, como aqui é feito, que os

estudantes que recebem bolsas são obrigados a prestar trabalho voluntário é um toco contrassenso e é errado. É um contrassenso porque não se obriga ninguém a fazer voluntariamente o que quer que seja. Já o Raul Solnado, ironizava por ter sido obrigado a ser bombeiro voluntário... Em segundo lugar, porque as bolsas são atribuídas em função de mérito próprio e/ou de insuficiência económica comprovada. E basta¹. Em terceiro lugar, porque é uma prática errada, e até um mau exemplo para quem está a ser formado, sujeitar alguém a uma relação de trabalho, sem os correspondentes direitos e deveres de um contrato normal e formal. O Bloco de Esquerda já o disse várias vezes e várias vezes cedemos a uma abstenção complacente, á espera da emenda. A emenda não chegou e já chega. Apresentem-nos um Regulamento sem esta nódoa e aprová-lo-emos. Assim, não. Concluiu a sua intervenção com a seguinte declaração de voto: Votamos contra porque nos é proposto um novo Regulamento de atribuição de Bolsas de estudo, e não alterações ao anterior, e em que se pretende obrigar estudantes a um pretensu trabalho voluntário, sem contrato. -----

Toma a palavra António Ferreira (CDU) referindo não estarmos no tempo da escravatura, defendendo a criação de postos de trabalho, mas sem que signifique o recurso a um trabalho imposto, pelo que concorda com a posição do BE, aceitando que sejam criadas condições para estes estudantes realizarem um trabalho de estágio, mas não por obrigatoriedade. Em resposta, intervém Mário Balsa (PS) declarando considerar injusto que se condicione o voto em função de um único ponto, ressaltando que a reprovação deste ponto levará a que as alterações na globalidade também sejam rejeitadas, o que, levaria à inexistência das bolsas de estudo para o ensino superior, explicando que se pretende que os jovens se envolvam em ações de natureza cívica e social. Por sua vez, António Ferreira (CDU) responde que concorda com a criação de condições para o exercício da cidadania, mas não como uma imposição. -----

VOTAÇÃO DO PONTO NÚMERO CINCO -----

O ponto número dois “**Discussão e aprovação da proposta de revisão do regulamento de atribuição de bolsas de estudo, ao abrigo da al^a g), do n^o 1, do art^o. 25^o da lei n^o 75/2013, de 12 de setembro**”, foi aprovado por maioria, sendo dez votos a favor do Partido Socialista, dois votos a favor dos Presidentes das Juntas de Freguesia, seis votos contra do Partido Social Democrata, três votos contra do Bloco de Esquerda e um voto contra da Coligação Democrática Unitária e a abstenção do Centro Democrático Social.

Foram apresentadas as seguintes declarações de voto: -----

PONTO NÚMERO SEIS -----

DISCUSSÃO E APROVAÇÃO DO ACORDO DE GEMINAÇÃO ENTRE OS MUNICÍPIOS DO ENTRONCAMENTO E DE FRIEDBERG (ALEMANHA), AO ABRIGO DA AL^a T), DO N^o 1, DO ART^o. 25^o DA LEI N^o 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO. -----

Começa por tomar a palavra Carlos Matias (BE) intervém indicando que a sua bancada votará favoravelmente e saúda a geminação entre as cidades do Entroncamento e Friedberg tendo entregue a seguinte declaração para registo em ata: Aprovaremos esta geminação que, na prática, apenas ratifica uma “união de facto” já com algum tempo. O Bloco de Esquerda considera positivo o estabelecimento de laços de amizade e cooperação entre comunidades de diferentes países e tão diversas, como é o caso do Entroncamento e de Friedberg. É mais fácil aceitarmos quem pela língua e pela cultura é diferente, quando o conhecemos de perto, num tu-cá-tu-lá comum entre amigos. Esperamos e desejamos que esta geminação contribua para isso. Curiosamente, a aprovação desta geminação, no dia de hoje, pode ter um entendimento adicional. Esta geminação é aprovada no dia seguinte ao estabelecimento de um deplorável acordo da União europeia em que são acolhidas teses e práticas xenófobas que, perigosamente, vão

progredindo na União. Basta olharmos ao que se vai passando em Itália, na Polónia, na Hungria e na República Checa (para não irmos mais longe), para vermos como a solidariedade entre povos --- e até com povos vítimas de guerras e de genocídio --- está a ser varrida pelo ódio ao outro, o que tem outra cor de pele, outra religião, outra cultura, outra nacionalidade. Da parte do Bloco de Esquerda gostaríamos que esta geminação, para além de um óbvio e merecido aceno de simpatia a Friedberg, fosse também um sinal de que rejeitamos o ódio ao que é diferente e de que estaremos prontos a estender a mão, não só a quem vive em prosperidade, mas também aos que, por vicissitudes diversas, passa por momentos dramáticos nas suas terras e nas suas vidas. Segue-se a intervenção de António Ferreira (CDU) que, fazendo também referência a outras geminações, lamenta o facto de se ter ido pouco além do intercâmbio de pessoas, considerando que estas geminações não deverão limitar-se ao lazer devendo, futuramente, ser potenciadas. -----

VOTAÇÃO DO PONTO NÚMERO SEIS -----

O ponto número quatro “**Discussão e aprovação do acordo de geminação entre os municípios do Entroncamento e de Friedberg (alemanha), ao abrigo da al^a t), do n^o 1, do art^o. 25^o da lei n^o 75/2013, de 12 de setembro**” foi aprovado por unanimidade, com vinte e três votos, sendo dez votos do Partido Socialista, seis votos do Partido Social Democrata, três votos do Bloco de Esquerda, um voto do Centro Democrático Social, um voto da Coligação Democrática Unitária e dois votos dos Presidentes das Juntas de Freguesia. -----

PONTO NÚMERO SETE -----

DISCUSSÃO SOBRE OS PROBLEMAS AMBIENTAIS EM TORNO DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO TEJO-----

Começou por tomar a palavra António Mascarenhas (PSD) para ler a seguinte moção apresentada pela sua bancada: -----

O maior problema que urge resolver na bacia hidrográfica do Tejo é a qualidade e quantidade da água. De todas as razões que conduzem á diminuição da qualidade e quantidade da água a principal é o consumo e a contaminação causados pelo homem.-- A humanidade faz parte da natureza com tudo o que nos rodeia, mas como seres conscientes temos de saber qual o comportamento mais adequado face às variações que vão surgindo no ecossistema. O papel do Homem deve ser o da adaptação às realidades e prospetivas de alterações, do clima.-----

A contaminação das águas superficiais e subterrâneas do Tejo está por demais identificada e é mais evidente quando os caudais são menores. Dada a importância que tem a qualidade da água e os riscos associados mesmo para além da área da bacia hidrográfica, a situação atual tem de ser invertida.-----

Os estudos sobre as alterações climáticas apontam para a região o aumento das temperaturas médias e menor precipitação média. Estas condições determinam armazenamento, poupança e racionalidade na utilização.-----

Os grandes rios nacionais tiveram planos e obras nas respetivas bacias para o melhor aproveitamento hídrico, económico, ambiental e outros conexos. No Tejo, planos e obras nacionais que atualizem quer as necessidades de regularização de caudais e qualidade da água, quer o ordenamento (agrícola, florestal, industrial, energético, turístico, patrimonial e outros), quer a proteção ambiental, de forma integrada, estão ausentes há muitos anos.-----

Nos termos do art^o 66^o da Constituição da República incumbe ao Estado, prevenir e controlar a poluição, promover o ordenamento do território, garantir a conservação da natureza e promover o aproveitamento racional dos recursos naturais.-----

É absolutamente necessário que seja elaborado um programa estrutural, dotado financeiramente, para a região hidrográfica do Tejo e que coloque a maior bacia

hidrográfica portuguesa ao nível do que foi feito nas bacias do Douro, do Mondego ou do Guadiana e recupere este atraso de mais de 50 anos sem medidas que prevenissem o que está a acontecer. -----

A Assembleia Municipal do Entroncamento, reunida no dia 29 de junho de 2018, recomenda que:-----

assumindo os considerandos indicados, seja elaborado pelo órgão competente do Estado um programa estrutural, dotado financeiramente, para a região hidrográfica do Tejo que privilegie a quantidade e qualidade da água, previna as condições adversas resultantes das alterações climáticas, racionalize e promova o ordenamento e a utilização económica dos recursos .-----

Delibera, também:-----

- submeter esta recomendação à Assembleia Intermunicipal do Médio Tejo, para, no seu âmbito assumir idêntico compromisso;-----

- remeter esta deliberação aos Grupos Parlamentares da Assembleia da República, ao Sr. Ministro do Ambiente, a todas as Assembleias Municipais do Médio Tejo e à Comunicação Social.-----

Conclui a sua intervenção, sublinhando que esta intervenção tem em conta a qualidade e a quantidade da água na bacia hidrográfica do rio Tejo, apontando a inação face às evidências dos problemas diagnosticados; considera ainda que não se deverá olhar para a bacia hidrográfica do rio Tejo pensando no turismo, pelo que é proposto um programa estrutural por parte do Estado. -----

Intervém, de seguida, Carlos Matias (BE), para apresentar também a seguinte moção: ---

O rio Tejo é muito mais do que um curso de água. É um complexo sistema natural de suporte à vida, um recurso económico, uma marca paisagística e uma referência cultural. A nossa região é marcada pela imemorial presença do rio Tejo, em todos esses domínios. O rio está presente na economia agrícola ou piscatória; é marca impressiva na paisagem, espaço de fruição lúdica e forte potencial turístico; está presente nas vivências e nas memórias de quem aqui vive, de quem aqui nasceu, de quem aqui passeia ou faz turismo. Daí que, como uma voz da nossa comunidade, façam sentido a manifestação de preocupação da assembleia Municipal do Entroncamento, pela diversidade e gravidade dos inúmeros problemas que afetam o rio e a sua bacia hidrográfica. Como faz sentido que se associe aos muitos que exigem soluções. -----

Em primeiro lugar, é motivo de preocupação a irregularidade dos caudais. Ancestralmente, as enormes cheias adubavam os campos, mas transtornavam vidas; hoje, o maior problema são as baixas muito extremas no caudal, a ponto de, por vezes, apenas correr um fio de água. As alterações climáticas são apenas uma das explicações; o maior problema é o inadequado regime de caudais acertado com a Espanha. Aí, os transvases transferem grandes massas de água para os campos do sul do país vizinho, secando praticamente largos troços do rio. -----

Em Espanha, a central nuclear de Almaraz, refrigerada pelas águas do tejo há muito ultrapassou o seu prazo de validade e constitui uma ameaça real para os povos dos dois lados da fronteira. Os históricos da central de Almaraz, com sucessivas falhas de segurança, justificam os receios de que um incidente similar ao de Fukushima nos atinja com consequências dramáticas, através do Tejo e pela atmosfera. -----

Por outro lado, é preocupante a qualidade das águas do rio, muito deteriorada pela poluição. As fontes poluidoras são diversas, quer no curso do Tejo, quer em afluentes e subafluentes (basta lembrarmo-nos da Ribeira da Boa Água, em Torres Novas). Ao longo do rio, as fábricas de celulose estão há muito identificadas como as maiores fontes poluidoras. Uma notória complacência sobre estas tem permitido o adiamento das soluções e o arrastamento dos episódios de poluição. -----

Finalmente, o curso do Tejo tem sido barrado por obstáculos que, por erro de projeto ou de construção, constituem barreiras à migração de espécies piscícolas. Hoje a lampreia dificilmente chega a Belver, tantos são os obstáculos a vencer. Este facto recomenda prudência na hora das decisões de novos projetos que artificializem o curso do rio. De resto, mesmo internacionalmente, a tendência é para renaturalizar o curso dos rios, tendo em conta as já conhecidas consequências ambientais da sua artificialização. ----- Os ambientalistas e as suas organizações têm tido um papel fundamental na denúncia dos muitos atentados ao rio Tejo e aos seus afluentes. Sem esse ativismo, muitos crimes ambientais teriam passado despercebidos e seria incomparavelmente menor a perceção pública da necessidade de defender este valioso património natural. ----- Infelizmente, a exemplar militância cívica dos movimentos ambientalistas não tem sido correspondência numa fiscalização apertada do Estado, com serviços desfalcados de recursos e dispondo de fracos instrumentos legais. Por fim, só muito recentemente o poder judicial se vem revelando sensível à gravidade dos crimes ambientais, penalizando-os em sintonia com o forte sentido condenatório de uma sociedade mais atenta e mais exigente. ----- Neste quadro, em defesa do ambiente e em defesa do Tejo, nas suas múltiplas valias, a Assembleia Municipal do Entroncamento pronuncia-se: ----- 1º. Pela necessidade de uma gestão sustentável da bacia hidrográfica do Tejo; ----- 2º. Pelo cumprimento da Diretiva Quadro da Água, ou seja, a garantia de um bom estado das águas do Tejo; ----- 3º. Pelo estabelecimento e quantificação de um regime de caudais ambientais, diários, semanais e mensais, refletidos nos Planos de Gestão da Região Hidrográfica do Tejo, em Espanha e em Portugal, que permitam o bom funcionamento dos ecossistemas ligados ao rio e, consequentemente, dos serviços que prestam à comunidade; ----- 4º. Pela monitorização do cumprimento permanente do regime de caudais ecológicos;-- 5º. Pela informação pública do cumprimento do convénio luso-espanhol relativamente aos rios ibéricos;----- 6º. Pela recusa dos transvases do Tejo e o apoio à investigação de alternativas sustentáveis, baseadas no uso eficiente da água; ----- 7 - 8º. Pelo acompanhamento, monitorização e verificação do cumprimento das licenças de descargas de efluentes das celulosas instaladas em Vila Velha de Ródão, exigindo fiscalização rigorosa, medidas de proteção ambiental; ----- 8 -9º. Pela necessidade de o governo de Portugal exigir ao governo de Espanha o encerramento da Central Nuclear de Almaraz; ----- 9º. Pela realização de ações para ajudar a restaurar o sistema fluvial natural e o seu ambiente; ----- 10º. Pela revalorização e recuperação do Tejo enquanto património ecológico inquestionável e importante recurso turístico de natureza e evasão. ----- 11 - 10º. Pela valorização e promoção da identidade cultural e social das populações ribeirinhas do Tejo e das comunidades de alguma forma ligadas ao rio. ----- 12 - 11º. Vincando o seu apreço pelos cidadãos e pelas diversas organizações ambientalistas que assumem um papel essencial na vigilância, deteção e denúncia de crimes ambientais sobre o rio Tejo. -----

A terminar, e lamentando o avançado da hora e o cansaço para se abordar uma questão à qual tem especial ligação pois acompanha-a há cerca de três anos, destaca problemas como a artificialização do curso dos rios, os "transvases" e Central Nuclear de Almaraz; por outro lado, diz existirem responsáveis pela poluição das águas do Tejo, como será o caso das indústrias de celulose; a concluir, refere-se ainda ao controlo dos efluentes, ao projeto Tejo, que implica diversos açudes ao longo do rio Tejo e à Convenção de

Albufeira, a qual deverá ser revista, saudando o trabalho vigilante dos cidadãos e associações ambientalistas em defesa do Tejo. -----

Toma então a palavra Pedro Gonçalves (CDS-PP) para quem se deverá fazer "lobby" junto do Governo em torno das questões do rio Tejo. É dada a palavra a António Ferreira (CDU) para sublinhar que os problemas da bacia hidrográfica do rio Tejo afetam três milhões de pessoas e têm responsáveis, não sendo apenas o país vizinho o principal responsável pela poluição; destaca ainda as barragens, a agricultura e a indústria, a falta de meios para fiscalizar, situação de que considera o maior responsável o Partido Social Democrata (PSD), o que implicará a necessidade de se tomarem medidas a nível interno e externo, nomeadamente a nível da indústria e da agricultura, acrescentando existirem já inúmeros estudos sobre o tema. Retoma a palavra António Mascarenhas (PSD) para sublinhar que, sobre o tema das alterações climáticas, deverá ser dada voz aos cientistas, referindo-se ainda à questão dos transvases e a Almaraz; conclui, destacando o papel do Estado, a quem compete ordenar o território, ser implacável relativamente aos poluidores, promover a criação de praias azuis no Tejo, referindo-se ainda às atribuições da Agência Portuguesa do Ambiente (APA), as quais são partilhadas com o Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF). Segue-se a intervenção de Mário Balsa (PS) que afirma concordar com a generalidade das posições apresentadas, propondo que desta sessão saia um texto comum que reflita os pontos de vista e preocupações partilhadas por todas as bancadas; acrescenta ainda alguns dados estatísticos relacionados com as inspeções, autos e coimas, cujo número tem vindo a aumentar, embora muitas vezes atenuadas pelos tribunais, recorda o facto de os quatro pontos de controlo da bacia hidrográfica do rio Tejo terem passado para catorze em 2015, concordando com a ideia de que se deverá agir sobre os prevaricadores; e conclui a sua intervenção com a apresentação de um texto que junta as moções do PSD e do BE e alguns pontos do PS. Por sua vez, Carlos Matias (BE) refere que existindo duas propostas, a do seu partido e a do PSD, as mesmas deverão ser votadas de imediato. Intervém Pedro Gonçalves (CDS-PP) propondo que seja constituída uma comissão ou um grupo de trabalho que promova a agregação dos documentos em apreciação com vista à redação de uma moção única. Em resposta a esta proposta, Carlos Matias (BE) intervém para afirmar que se a moção do seu partido não for votada e aprovada, os elementos da sua bancada não participarão em qualquer comissão. Segue-se a intervenção de António Ferreira (CDU) dizendo que, embora se identifique mais com a moção do BE, tem dúvidas em relação ao regimento, uma vez que o ponto sete não tem indicação de que deva ser votado. Toma a palavra o presidente da AM, Luís Filipe Antunes que, salientando a importância da apresentação de um documento consensual e abrangente, de forma a que não cheguem às diversas instituições e organismos dois documentos diferentes sobre o mesmo tema, propondo que se decida entre a votação das duas moções ou a criação de um documento único elaborado por um Grupo de Trabalho, a ser apresentado na próxima sessão, acrescentando que a aprovação de um documento único não excluirá o conteúdo das duas moções apresentadas a debate. A proposta é aprovada por unanimidade. Assim, ficou agendada para a quinzena seguinte a reunião de um grupo de trabalho, composto por elementos a indicar por cada bancada, de forma a poder concertar-se um documento consensual que possa representar todos os partidos políticos que compõem a Assembleia Municipal. -----

Antes de terminar, o presidente da Assembleia Municipal, Luís Filipe Antunes saudou a Junta de Freguesia de S. João Baptista pelo seu aniversário, agradeceu a presença do público e da comunicação social e desejou a todos umas boas férias. -----

Nada mais havendo a tratar, o Senhor **Presidente da Assembleia**, deu por encerrada a sessão quando era uma hora e trinta minutos do dia trinta de junho de 2018.

A presente ata, depois de lida e visada pela Primeira Secretária, vai por ela ser assinada e pelos restantes membros da Mesa. -----

O Presidente da Assembleia:

A 1ª. Secretária:

A 2ª Secretária: